



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
Conselho Nacional de Previdência Social

# **ATA**

## **298ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -**

**Brasília/DF, 31 de agosto de 2023**

## ATA DA 298ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

**DATA:** 31 de agosto de 2023

**LOCAL:** MPS, Bloco F, 9º andar, Sala 902

### PRESENCAS

<b>Representantes do Governo</b>	<b>Representantes dos Trabalhadores em Atividade</b>
MPS – Carlos Roberto Lupi	FS – Odair Antonio Bortoloso
MPS – Wolney Queiroz Maciel	UGT – Natal Léo
SRGPS/MPS – Alessandro Lordêlio	CUT – Ariovaldo de Camargo
SRGPS/MPS – Benedito Adalberto Brunca	CONTAG – Evandro José Morello
INSS – Alessandro Antônio Stefanutto	CTB – Rolando Medeiros
INSS – Andre Paulo Felix Fidelis	
CONJUR/MPS – Felipe Cavalcante e Silva	
SRPC/MPS – Paulo Roberto dos Santos Pinto	

<b>Representantes dos Aposentados e Pensionistas</b>	<b>Representantes dos Empregadores</b>
SINTAPI/CUT – José Tadeu Peixoto da Costa	CNC – Helio Queiroz da Silva
CSB – Bartolomeu Evangelista de França	CNM – Antonio Mário Rattes de Oliveira
COBAP – Obede Muniz Teodoro	CNA – Carolina Carvalhais Vieira de Melo
SINDNAPI/FS – Tonia Andrea Inocentini Galleti	
CONTAG – Edjane Rodrigues Silva	

<b>Palestrante/Convidado</b>
INSS – Ailton Nunes de Matos Junior

## I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o **Presidente Sr. Carlos Lupi** abriu a 298ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), agradecendo a presença de todos(as). Informou que o Sr. Ariovaldo de Camargo estaria finalizando o seu mandato como conselheiro representante dos trabalhadores em atividade do CNPS e seria substituído pelo Sr. José Luís Marte Souza.

## II – ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** levou ao conhecimento a pauta da reunião, informando que fora realizada uma pequena inversão de pauta em função da chegada do Sr. Adroaldo Portal, que estava em outro compromisso: I – Abertura; II – Ordem do Dia:

1) Nova proposta de controle de acesso dos parceiros aos sistemas corporativos do INSS: Ailton Nunes de Matos Junior, Diretor de Tecnologia da Informação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); 2) Projeto de Lei nº 4.830/2020, que permite o desconto de honorários advocatícios em benefício previdenciário: Benedito Adalberto Brunca, Diretor do DRGPS e Evandro Morello, CONTAG; 3) Apresentação: Novos procedimentos do Atestmed: Benedito Adalberto Brunca, Diretor do DRGPS; III – Encerramento. Na sequência, instou o primeiro ponto de pauta: Nova proposta de controle de acesso dos parceiros aos sistemas corporativos do INSS. Registrou que eram cuidadosos ao realizar mudanças que gerassem estrutura permanente ao INSS e explicou que estavam aperfeiçoando a segurança para proteger contra invasões que prejudicavam o atendimento. Concedeu a palavra ao Diretor de Tecnologia da Informação do INSS, **Sr. Ailton Nunes**, que deu início à apresentação sobre a segurança da informação, destacando as principais normativas que regulamentam o tema no âmbito da Administração Pública e no âmbito do INSS. Explanou que as primeiras alterações relacionadas à segurança da informação implementadas no INSS foram realizadas a partir de 2021, com a inserção do duplo fator de autenticação e do certificado digital e que outra alteração implementada foi o INSS assumir a gestão da sua rede, que era fornecida pela DATAPREV. Discorreu que, atualmente, o INSS adotava a Tecnologia SDWAN que permitia o monitoramento da sua rede.

O **Sr. Presidente** questionou se esse sistema identificava quem estava acessando a rede e, em resposta, o **Sr. Ailton Nunes** esclareceu que era possível identificar os acessos volumétricos. O **Sr. Presidente** informou que os jornais do dia publicaram a notícia que a Polícia Federal detectou um desvio de empréstimos consignados no valor de cerca de R\$ 800 mil, o que, em sua opinião, seria o maior dilema da Previdência Social devido à quantidade de telefonemas indevidos recebidos pelos aposentados e pensionistas do INSS. Afirmou que deveriam trabalhar com muito afinco para coibir essa situação. O **Sr. Ailton Nunes** retomou a apresentação, relatando que o INSS trabalhava com o antivírus *SentinelOne*, que era a referência em solução de tecnologia no segmento e com a VPN Interna, que era um serviço que criptografa os dados trafegados de ponta a ponta, mesmo em sistemas legados dentro da rede do INSS. Relatou que atualmente estava avançando na implementação do *Active Directory* (AD) da *Microsoft*, que é um serviço de autenticação moderna em nuvem, que guarda informações sobre computadores, usuários e outros objetos conectados à rede corporativa, o qual possuía como vantagens autenticação centralizada, nível de segurança controlado, políticas de segurança da informação e gestão dos acessos. Destacou que a força de uma corrente era igual à força do seu elo mais fraco e que havia uma preocupação em relação aos que acessavam o sistema do INSS que poderiam ser uma potencial vítima, uma vez que havia mais de 2,9 mil

36 entidades parceiras e mais de 300 mil usuários externos. Por fim, arrazoou que, para deixar o acesso mais seguro para os  
37 parceiros, fora implantado o duplo fator de autenticação e estavam propondo a implementação do certificado digital.  
38 Abrindo as manifestações, a **Sra. Tonia Galleti** questionou se o sistema utilizado pelo INSS Digital era o mesmo sistema do  
39 INSS e se era possível identificar quem acionava o certificado digital. Em resposta, o **Sr. Ailton Nunes** esclareceu que o  
40 INSS Digital era uma plataforma tecnologicamente defasada que precisava de atualização para que o INSS e as entidades  
41 acessassem o mesmo sistema e que a inserção desse tipo de segurança possibilitava melhor controle dos usuários.  
42 Explanou que a ideia era realizar uma discussão mais técnica para ajustar a questão de identificação do usuário e que se  
43 estariam caminhando para amarrar o acesso ao CPF. O **Sr. Presidente** comentou que, infelizmente, algumas instituições  
44 não guardavam o respeito que se deve ao seu serviço e, muitas delas, ofereciam o seu CNPJ em troca de alguma vantagem.  
45 Com a palavra, a **Sra. Tonia Galleti** ponderou que seria bastante produtivo se pudesse ser utilizado um sistema que  
46 monitorasse o CPF de quem o acessasse. O **Sr. Ailton Nunes** pontuou que o sistema exigiria o acesso por meio do  
47 certificado para dar maior segurança. O **Sr. Helio Queiroz** observou que havia um vazamento sem controle de informações  
48 do INSS e que seria importante buscar o motivo desse vazamento. Destacou a importância de registrar o IP das máquinas  
49 e de permitir o acesso apenas a pessoas que possuem, no mínimo, o nível prata na Plataforma Gov.br e sugeriu a utilização  
50 de cadastros de pessoas que não existem para que pudessem identificar o roubo de dados e *de Optical Character*  
51 *Recognition* (OCR) para facilitar o entendimento do usuário. O **Sr. Presidente** agradeceu o auxílio e observou que seria  
52 necessária prudência, visto que a maioria dos(as) usuários(as) da Previdência Social não estavam familiarizados com o  
53 sistema. Ponderou que não poderiam criar uma dificuldade, de tal modo que impossibilitasse o acesso ao direito. Com a  
54 palavra, o **Sr. Andre Fidelis** salientou que o certificado digital teria um grande ganho para a fase de recepção do  
55 requerimento e o **Sr. Benedito Brunca** complementou, explanando que essa ferramenta possibilitaria que a pessoa arcasse  
56 com as responsabilidades dos seus atos. O **Sr. Ailton Nunes** informou que estava sendo discutido o uso de OCR para  
57 extração de informações e o uso de tecnologias para possibilitar o melhor entendimento dos(as) usuários(as) e explicou  
58 que, atualmente, já era possível identificar o IP da máquina, mas não o(a) usuário(a), o que seria resolvido com a  
59 implantação do AD da *Microsoft*. Explanou que a biometria seria colocada em outros serviços do INSS para deixar o  
60 ecossistema cada dia mais seguro. O **Sr. Evandro Morello** externou a sua preocupação com o cronograma proposto para  
61 a implantação da certificação digital e o **Sr. Presidente** ressaltou que a pior situação que poderia acontecer era o INSS  
62 permanecer como estava. O **Sr. Ailton Nunes** esclareceu que o cronograma seria elaborado considerando um prazo de  
63 adaptação e o **Sr. Evandro Morello** inferiu que seria necessário que o INSS apresentasse como seria o processo com os  
64 órgãos certificados. De posse da palavra, o **Sr. Natal Léo** sugeriu que fossem designados técnicos de informática do INSS  
65 para explicar o processo que deveria ser feito. Na sequência, o **Sr. Presidente** realizou a leitura da minuta de resolução  
66 que recomendou ao INSS, com vistas a garantir a segurança e autenticidade das informações, que exigisse o uso de  
67 certificado digital das entidades parceiras para acesso ao sistema cooperativo da autarquia, submetendo-a à aprovação  
68 dos(as) conselheiros(as). Não havendo manifestações contrárias, a minuta de resolução foi aprovada à unanimidade por  
69 aclamação. Finalizado o primeiro item de pauta, instou o segundo: Projeto de Lei nº 4.830/2020, que permite o desconto  
70 de honorários advocatícios em benefício previdenciário. De posse da palavra, o **Sr. Benedito Brunca** esclareceu que

71 estavam trazendo o posicionamento do MPS sobre o PL nº 4.830/2020, todavia, dada a sua repercussão e relevância, havia  
72 o entendimento de que era absolutamente pertinente colher, também, o posicionamento do CNPS. Comentou que esse  
73 projeto alterava o artigo 115 da Lei nº 8.213/1991 para que fosse introduzida a permissão do desconto de cobrança de  
74 honorários advocatícios em benefícios previdenciários, nos termos da redação apresentada e aprovada pela Câmara dos  
75 Deputados e que estava em análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal. Informou que a nova  
76 redação ao inciso VII do artigo 115 disciplinava que: *“pagamento de honorários advocatícios, na forma e nas condições do*  
77 *contrato devidamente assinado pelas partes, sempre que no processo administrativo tenha havido representação por*  
78 *advogado, bem como tenha resultado na concessão ou na revisão de benefício perante o INSS, em qualquer fase*  
79 *administrativa, inclusive em decorrência de decisão recursal, devendo as referidas consignações respeitarem o limite*  
80 *previsto no inciso II deste caput.”*. Demonstrou todos os descontos autorizados atualmente, sendo eles: (i) contribuições  
81 devidas pelo segurado à Previdência Social; (ii) pagamento administrativo ou judicial de benefício previdenciário ou  
82 assistencial indevido, ou além do devido, inclusive na hipótese de cessação do benefício pela revogação de decisão judicial;  
83 (iii) imposto de renda retido na fonte; (iv) pensão de alimentos decretada em sentença judicial; (v) mensalidades de  
84 associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que autorizadas por seus filiados; e (vi)  
85 pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições  
86 financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, ou por entidades fechadas ou abertas de previdência complementar,  
87 públicas e privadas, quando expressamente autorizado pelo beneficiário. Demonstrou também os limites para a  
88 consignação de débitos de acordo com a regra geral, com as regras específicas e com a regra de prevalência e as premissas  
89 que devem nortear o processo administrativo previdenciário. Discorreu que a autorização de novos descontos trariam  
90 como risco o maior comprometimento do mínimo necessário para sobrevivência digna, estabelecido no art. 3º do Decreto  
91 nº 11.150, de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.567 de 2023; e o aumento do risco de superendividamento, acentuando  
92 o grau de vulnerabilidade econômica dos titulares de benefícios da Previdência Social. Salientou a contrariedade do MPS  
93 à proposição, indicando como justificativas: (i) fazer-se assistir por advogado, observada a previsão expressa no inciso IV  
94 do art. 3º da Lei do Processo Administrativo, nº 9.784 de 1999, é uma faculdade do segurado, não cabendo à administração  
95 pública atuar como intermediária no cumprimento de cláusula contratual firmada entre advogado e cliente, em específico  
96 à relacionada ao pagamento de honorários; (ii) em outras palavras, não caberia ao INSS atuar como órgão garantidor do  
97 adimplemento de obrigações contratuais firmadas entre segurado e advogado; (iii) os honorários de natureza  
98 remuneratória, convencionados entre cidadão e advogado, como pagamento em decorrência de serviços prestados na  
99 atuação em processo administrativo previdenciário, devem ser resolvidos entre as partes no âmbito do direito contratual;  
100 (iv) instituição de nova demanda que concorrerá com a análise dos processos de reconhecimento de direitos; (v) os  
101 servidores do INSS precisarão analisar contratos advocatícios, matéria vinculada às relações de direito privado e que não  
102 alcança a prática previdenciária regular; (vi) a proposição carece de definição e clareza quanto à incidência do novo  
103 percentual de desconto e da ordem de prevalência, quando esse for concomitante com outros descontos previstos no  
104 art. 115; (vii) a preparação de sistemas e a capacitação dos servidores para essa nova função certamente impactará no  
105 tempo de decisão dos demais requerimentos; e (viii) como órgão operacionalizador dos descontos de honorários, o INSS

106 estará sujeito à nomeação nas demandas judiciais que vierem a se estabelecer entre as partes, o que aumentará o  
107 impacto financeiro já suportado pela Administração com a judicialização. Por fim, explanou que havia a sugestão de  
108 apreciação de uma resolução. Com a palavra, o **Sr. Presidente** informou que fora apresentado o parecer do MPS contrário  
109 ao projeto na CAE, que o retirou da pauta até o momento. O **Sr. Alessandro Stefanutto** destacou que seria trágica a  
110 aprovação desse PL para o INSS, visto que teria que se envolver em uma relação privada e não havia condições de tutelar  
111 honorários. O **Sr. Presidente** registrou que a inclusão dessa matéria na pauta foi uma solicitação do Sr. Evandro Morello e  
112 o **Sr. Benedito Brunca** observou que o risco de uma potencialização de requerimentos administrativos sem fundamento  
113 pode rir provocar uma grande desorganização no sistema do INSS. O **Sr. Alessandro Stefanutto** comunicou que havia um  
114 combate muito duro, que estavam perdendo, em relação ao uso do pagamento do benefício para desconto de relações  
115 comerciais e pontuou que esse precedente abria espaço para outras situações perigosas. O **Sr. Rolando Medeiros**  
116 questionou quem era o autor do projeto e, em resposta, o **Sr. Presidente** esclareceu que a proposta era do Poder  
117 Legislativo. De posse da palavra, o **Sr. Evandro Morello** ponderou que era necessário refletir sobre o tema e relatou que a  
118 Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) ficou muito preocupada  
119 com o conteúdo do projeto que estava entrando para uma fase final de aprovação, solicitando a sua retirada de pauta  
120 da CAE e ao MPS que realizasse uma incursão junto ao Senado Federal para que o CNPS realizasse melhor discussão sobre  
121 o tema. Registrou a necessidade de observar que a proposta era mais uma forma de redução das proteções legais das  
122 verbas de natureza alimentícia e ponderou que era necessário pensar no formato para encaminhamento dos pedidos de  
123 benefícios via INSS e na necessidade de trabalhar as parcerias, para que houvesse o mínimo de atendimento à população,  
124 mas não poderia ser reproduzido em um formato que penalizasse o segurado do sistema. Afirmou que não dava para  
125 envolver o INSS nesse cenário, dada a conjuntura vivida, e manifestou-se favorável à aprovação de uma resolução do CNPS  
126 para evitar a aprovação do PL nº 4.830/2020. O **Sr. Presidente** registrou que o enfrentamento da fila estava minando as  
127 ações judiciais e trazendo inimigos poderosos. Concedida a palavra, o **Sr. Alessandro Stefanutto** recordou que o INSS já  
128 perdeu uma Ação Civil Pública que concedeu atendimento prioritário aos advogados, mesmo em detrimento de pessoas  
129 acima de 70 anos e gestantes, os quais foram incluídos no sistema, e comentou que o INSS temia pela possibilidade de  
130 começar a arbitrar disputa entre advogados. Registrou que o Seguro Defeso dos pescadores de 2015 e 2016 estavam  
131 paralisados por causa da disputa por honorários de 30% sobre o valor de R\$ 1,8 bilhão. O **Sr. José Tadeu Peixoto** arrazoou  
132 que era advogado e era totalmente contrário a uma medida dessa natureza e ponderou que o PL estava impondo que o  
133 INSS fosse árbitro de uma disputa de natureza individual, que geraria a necessidade de especialização do servidor em  
134 análise de contratos, o qual não teria condições e nem tempo. Por fim, comentou que era favorável à aprovação da  
135 resolução. O **Sr. Natal Léo** discorreu que, em sua opinião, esse Projeto seria aprovado no Senado Federal e solicitou que a  
136 apresentação lhe fosse encaminhada para que elaborasse uma matéria para repassar aos grupos. O **Sr. Odair Bortoloso**  
137 informou que o deputado que elaborou essa proposta não foi reeleito e questionou se ela seria inconstitucional. Em  
138 resposta, o **Sr. Presidente** manifestou que, em seu entendimento, a proposta era inconstitucional, mas sugeriu que  
139 trabalhassem para derrotá-la. O **Sr. Adroaldo Portal** observou que esse Projeto de Lei conversava muito com o tema do  
140 superendividamento dos aposentados e pensionistas do INSS e externou a sua preocupação de que abrissem o caminho

ainda mais para o superendividamento. Externadas todas as opiniões e manifestações, o **Sr. Presidente** apresentou a minuta de Resolução que dispõe sobre o posicionamento contrário do CNPS ao PL nº 4.830/2020, que altera o artigo 115 da Lei nº 8.213/1991, submetendo-a à aprovação dos(as) conselheiros(as). Não havendo manifestações contrárias, foi aprovada à unanimidade por aclamação. Concluído o tema, passou-se ao terceiro ponto de pauta: Apresentação: Novos procedimentos do Atestmed. De posse da palavra, o **Sr. Presidente** comentou que o Atestmed era, em sua opinião, o principal instrumento da Previdência Social com o objetivo de melhorar o atendimento à população e, diante disso, solicitou o auxílio dos(as) conselheiros(as) para a sua divulgação. Concedida a palavra, o **Sr. Adroaldo Portal** deu início à apresentação do Atestmed, que era um requerimento de Benefício por Incapacidade Temporária por análise documental. Explanou que, atualmente, o benefício por incapacidade temporária destinava-se ao segurado que comprovasse a incapacidade para o trabalho, que possuem como formas de avaliação a análise documental e a perícia presencial. Demonstrou o histórico do Atestmed, desde o início do 1º Atestmed, que utilizava o modelo de antecipação de um salário mínimo e a implementação do 2º Atestmed, que utilizava o modelo simplificado com manutenção do benefício limitada a 90 dias e para agências com tempo de espera maior que 30 dias. Exibiu a evolução das regras de utilização do Atestmed, as quais foram estabelecidas pela Portaria Conjunta MTP/INSS nº 7, de 28 de julho de 2022 e Portaria Conjunta MP/INSS nº 38, de 20 de junho de 2023. Destacou como vantagens do requerimento de benefício por incapacidade temporária por análise documental a obtenção de benefício sem sair de casa e sem a necessidade de realização de perícia médica presencial, se o segurado possuir documento médico ou odontológico (laudo, relatório ou atestado). Ponderou que a análise documental à distância era bem mais simples, já que o segurado não precisava comparecer a uma agência do INSS e tudo poderia ser resolvido pelo aplicativo Meu INSS; fácil, pois não depende de vagas em agências, como ocorre nas perícias presenciais; e rápido, já que a documentação poderia ser analisada por um Perito Médico em qualquer localidade do Brasil. Explanou que, para essa análise, a documentação médica ou odontológica deverá ser recente, ter até 90 dias da data do pedido do benefício, estar legível, sem rasuras e conter: a identificação do requerente; a data de emissão; o período estimado de repouso necessário; a assinatura e o carimbo do profissional com CRM, CRO ou RMS; e informações sobre a doença ou CID. Destacou que, também, deveriam ser incluídos todos os documentos médicos ou odontológicos que o(a) segurado(a) possuía sobre a doença que está motivando o requerimento do Benefício por Incapacidade Temporária. Discorreu que o pedido com análise à distância do documento médico ou odontológicos apresentava as seguintes características: (i) o período máximo de afastamento permitido é de 180 dias (atestado que indique afastamento por prazo indeterminado concederá o benefício pelo prazo máximo); (ii) não permite restabelecimento de benefício anterior; (iii) permite pedidos subsequentes, caso permaneça a incapacidade para o trabalho, desde que a soma dos benefícios já concedidos não ultrapasse 180 dias; e (iv) numa próxima etapa, quando o sistema estiver adaptado, será possível conceder o Benefício por Incapacidade restrito ao leito hospitalar/domiliár, bem como, fazer a relação (nexo) entre a doença e o trabalho para concessão de Benefício por Incapacidade acidentário. Destacou que, até o momento, houve um aumento de seis vezes nas análises de atestados médicos por meio do Atestmed nos últimos 30 dias e que era consenso entre grande parte dos peritos e todos os gestores de que a perícia presencial realizada em requerimento inicial de benefício por incapacidade era desnecessária e inútil, uma vez que o requerente estava comparecendo a uma agência

entre 60 e 200 dias depois e não havia mais patologia a ser analisada. O **Sr. Presidente** ponderou que o atestado médico emitido por profissional do SUS com CRM já atestava a doença, não havendo a necessidade de novo atestado. Com a palavra, o **Sr. Adroaldo Portal** salientou que a substituição da perícia presencial por análise documental em benefício por incapacidade não era uma precarização do processo, já que a Perícia Médica poderia se dedicar a atividades mais complexas e discorreu que o grande desafio a ser enfrentado era realizar uma boa campanha de divulgação. O **Sr. Presidente** ressaltou que estava lutando para implementar o envio de documentos pelo *WhatsApp* para o INSS e o **Sr. Alessandro Stefanutto** esclareceu que havia uma ação própria do INSS junto ao Banco do Brasil e que a DATAPREV se comprometeu em criar uma camada intermediária para que essa questão fosse implementada em breve. Concluindo a apresentação, o **Sr. Adroaldo Portal** informou que não havia indeferimento no Atestmed, uma vez que, caso não seja possível conceder o benefício por incapacidade temporária apenas pela análise da documentação apresentada, o(a) segurado(a) é avisado da necessidade de agendamento de uma perícia presencial. Em resposta ao comentário realizado pela Sra. Tônia Galleti, o **Sr. Felipe Silva** explicou que a ausência da conformação do documento não causaria indeferimento, mas haveria o indeferimento no mérito, caso a documentação estivesse clara. O **Sr. Adroaldo Portal** informou que atualmente entrava mais de 350 mil pedidos de benefícios por incapacidade por mês. Abrindo as manifestações, a **Sra. Tonia Galleti** questionou se havia a possibilidade de gerar uma fila virtual de análise documental; se haveria migração automática para os beneficiários que necessitassem de prorrogação do afastamento por mais de 180 dias; e se a parte documental poderia ser realizada pelo INSS Digital. Em resposta, o **Sr. Adroaldo Portal** esclareceu que o MPS trabalhou junto com o INSS ao longo de meses para que não houvesse uma fila virtual e o **Sr. Ailton Nunes** explicou que a ideia era ampliar o leque de serviços no novo INSS Digital, incluindo o Benefício por Incapacidade. Respondendo ao último questionamento, o **Sr. Adroaldo Portal** explanou que o Atestmed não previa atualmente prorrogação para além dos 180 dias de afastamento e ponderou que era importante que essa mudança fosse conduzida com parcimônia e cautela para verificar a evolução. A **Sra. Edjane Silva** parabenizou pela ação implementada e sugeriu que fossem utilizados todos os instrumentos possíveis para comunicar os segurados com perícias agendadas sobre a possibilidade do requerimento do benefício por análise documental. Questionou qual é o procedimento quando o requerimento específico era encaminhado para o Meu INSS e pontuou que a iniciativa era muito valorosa, mas indagou se havia alguma estratégia pensada para os casos em que havia a necessidade de análise do servidor. Em resposta, o **Sr. Adroaldo Portal** explanou que o grande desafio do Atestmed era torná-lo uma ferramenta eficiente por meio da correção das regras de negócio e do ajustamento dos fluxos. Agradeceu ao presidente do INSS, ao Sr. Ailton Nunes e ao Sr. Andre Fidelis, que estavam priorizando o ajuste desses fluxos e observou que havia um percentual de 25% a 30% de processos em exigência e que o INSS estava priorizando a análise das exigências do Benefício por Incapacidade. Arrazoou que havia a perspectiva de que o fluxo de conformação e de deferimento estaria em um ritmo acelerado nas próximas semanas e informou que o segurado que possui perícia agendada para até seis meses e entregasse o atestado ao INSS não estaria desistindo do agendamento caso não houvesse a conformação do atestado. Com a palavra, o **Sr. Natal Léo** solicitou que a apresentação lhe fosse encaminhada e questionou se o requerente que estava na fila da Perícia Médica poderia tentar fazer o seu requerimento pelo Atestmed. O **Sr. Presidente** respondeu que esse requerente poderia fazer o seu requerimento pelo Atestmed e relatou que,



211 mensalmente, entravam de 800 mil a 1 milhão de novos pedidos no INSS , havendo uma demanda permanente, além da  
212 fila já existente de 1,8 milhão. Observou que, com o Atestmed, a média geral diminuiria e que a intenção era reduzir o  
213 prazo de análise para 45 dias até o final de 2023. O **Sr. Odair Bortoloso** destacou a necessidade de divulgação dessa  
214 iniciativa e o **Sr. José Tadeu Peixoto** agradeceu a todos e informou que o seu mandato estava finalizando e esta era a sua  
215 última participação como conselheiro do CNPS. O **Sr. Presidente** registrou o agradecimento e orgulho pela presença e  
216 contribuição dada pelos conselheiros que estavam encerrando o seu mandato ao CNPS.

217

218 **III – ENCERRAMENTO**

219 Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente Substituto** deu por encerrada a 298ª Reunião  
220 Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. E, para que tudo fique devidamente documentado, lavrada  
221 a presente Ata que, após lida e achada conforme, será aprovada pelo Colegiado.